

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

54

ABRIL – JUNHO
1989

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034-22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	650\$00	1.200\$00
Outros países estrangeiros	800\$00	1.500\$00
Este número	175\$00	—

ABRIL — JUNHO 1989

54

ANO XIV

Apresentação

Carta Apostólica pelo XXV Aniversário
da Constituição sobre a Liturgia

João Paulo II

A Língua Portuguesa e a reforma
litúrgica do Concílio Vaticano II

A. Ramos

Comissão Nacional de Arte Sacra e
do Património Cultural da Igreja

Encontros Diocesanos

Ministros Extraordinários da Comunhão

Este número do Boletim é consagrado, em grande parte, aos 25 anos da reforma litúrgica a que o 2º Concílio do Vaticano deu uma extensão e uma profundidade nunca vistas na história quase bimilenária da Igreja.

Por toda a parte e no nosso próprio País, este jubileu tem inspirado publicações e iniciativas de grande significado e de inegável projecção.

No entanto, o documento que melhor celebra este aniversário e mais autorizadamente o situa no contexto mais vasto da vida e da pastoral da Igreja é, sem dúvida, a Carta Apostólica do Papa João Paulo II que temos a alegria de dar a conhecer, em primeira mão, a todo o Povo de Deus, em Portugal. O Secretariado Nacional de Liturgia tenciona apresentar, em breve, a tradução oficial portuguesa deste documento pontifício.

O Santo Padre evoca a promulgação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia pelo Papa Paulo VI a 4 de Dezembro de 1963, depois da aprovação dada pelos Padres conciliares, e não deixa de aludir ao movimento litúrgico que a preparou e à esperança que trouxe para a renovação da Igreja. Aproveita ainda a circunstância para renovar "o compromisso formal" de fazer amadurecer "as sementes fecundas" do Concílio, isto é, os seus ensinamentos e as suas opções pastorais.

Depois de recordar as directrizes da Constituição e de afirmar que elas estiveram na base da reforma e continuam a ser fundamentais, João Paulo II concretiza-as na actualização do Mistério Pascal, na leitura da Palavra de Deus e na manifestação da Igreja a si própria.

Num documento destes, não poderiam faltar as orientações que hão-de guiar a renovação da vida litúrgica, nem o reconhecimento das dificuldades que surgiram, nem a acção de graças pelos resultados

positivos desta "verdadeira passagem do Espírito pela Igreja", nem a denúncia dos desvios, mais ou menos graves, a que a aplicação das normas nem sempre conseguiu eximir-se.

Não falta sequer uma referência aos novos problemas nem aos problemas que se revestiram de nova importância, como são: o diaconado permanente concedido também a homens casados; as funções litúrgicas confiadas aos leigos, homens e mulheres; as celebrações para crianças, jovens e deficientes; e a composição de textos litúrgicos para determinados países. Tudo isto supõe, como se reconhece nesta Carta Apostólica, que o esforço da renovação litúrgica deve corresponder às exigências do nosso tempo.

Na sequência lógica de outras intervenções papais, a piedade popular é referida de modo positivo neste documento pela riqueza dos valores que apresenta, embora precise de ser continuamente evangelizada para que torne cada vez mais autêntica a fé que a inspira.

A Carta Apostólica termina por esclarecer o papel dos grandes responsáveis pela renovação litúrgica: a Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos em toda a Igreja, as Conferências Episcopais em cada país ou região, e o Bispo na sua diocese.

Uma síntese histórica sobre a reforma litúrgica e as suas incidências na língua portuguesa mostra o principal da caminhada feita, deixa imaginar algumas das dificuldades surgidas e permite esperar que, no futuro, os 7 países de Língua Portuguesa continuem a colaborar estreitamente no reconhecimento dos valores pastorais e linguísticos comuns para que a Pastoral Litúrgica seja cada vez mais actuante e profunda. Este trabalho já foi publicado quase integralmente na Revista do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, mas pareceu-nos que tinha interesse também para os leitores do Boletim.

Carta Apostólica do Sumo Pontífice **João Paulo II** pelo XXV Aniversário da Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia

*A todos os meus Irmãos
no Episcopado e no Sacerdócio
saúde e Benção Apostólica*

1. Passaram-se já vinte e cinco anos depois que, a 4 de Dezembro do ano de 1963, o Sumo Pontífice Paulo VI promulgou a Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a sagrada Liturgia, que os Padres do 2º Concílio do Vaticano, reunidos no Espírito Santo, pouco tempo antes tinham aprovado.(1) Foi um acontecimento memorável por diversas razões. Tratava-se efectivamente do primeiro fruto do Concílio, que o Papa João XXIII tinha querido para o "aggiornamento" (actualização) da Igreja; era um documento que tinha sido preparado por um vasto movimento litúrgico e pastoral; e era portador de esperança para a vida e para a renovação da Igreja.

Ao efectuar a reforma da Liturgia, o Concílio realizou, de maneira absolutamente singular, a finalidade principal que se tinha proposto: "fomentar incessantemente a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades da nossa época aquelas instituições que são susceptíveis de mudanças; promover tudo o que pode concorrer para a união de todos os que crêem em Cristo; e revigorar tudo o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja".(2)

2. Desde os inícios do nosso ministério pastoral na Sé de Pedro, sempre tivemos a preocupação de insistir na "importância que continua a ter o 2º Concílio Ecuménico do Vaticano" e assumimos "o compromisso formal de lhe dar a devida aplicação". E acrescentávamos

que era preciso "fazer com que amadurecessem, como é próprio daquilo que se move e vive, as sementes fecundas que os Padres da Assembleia ecuménica, alimentados pela Palavra de Deus, tinham lançado na terra boa (cf. Mt 13, 8.23), ou seja, os seus ensinamentos autorizados e as suas opções pastorais".(3) Desenvolvemos depois, mais de uma vez, sob diversos aspectos, o ensino do Concílio sobre a Liturgia (4) e chamamos a atenção para a importância que tem para a vida do Povo de Deus a Constituição *Sacrosanctum Concilium* nela "já se pode descobrir a substância daquela doutrina eclesiológica que viria a ser posteriormente proposta pela Assembleia conciliar. A Constituição *Sacrosanctum Concilium*, que foi o primeiro documento conciliar na ordem do tempo, antecipa (5) a Constituição dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja e, por sua vez, enriquece-se já com os ensinamentos desta Constituição.

Passado um quarto de século, no decorrer do qual a Igreja e a sociedade sofreram mudanças profundas e rápidas, é conveniente pôr em evidência a importância desta Constituição conciliar, a sua actualidade em relação ao aparecimento de problemas novos e a permanente validade dos seus princípios.

I

A renovação na linha da Tradição

3. Correspondendo às instâncias dos Padres do Concílio de Trento, preocupados com a reforma da Igreja no seu tempo, o Papa São Pio V providenciou quanto à reforma dos livros litúrgicos, a começar pelo Breviário e o Missal. Os Romanos Pontífices, nos séculos seguintes, procuraram alcançar esse mesmo objectivo, assegurando a actualização e estabelecendo os ritos e os livros litúrgicos; e depois, a partir dos inícios deste século, empreendendo uma reforma mais geral.

São Pio X constituiu uma Comissão especial encarregada desta reforma, para a realização da qual pensava que seriam necessários muitos anos; todavia, ele próprio lançou a primeira pedra do edifício, restaurando a celebração do Domingo e reformando o Breviário Romano.(6) "Na verdade, tudo isto exige, segundo a opinião dos mestres e peritos — afirmava ele — um trabalho vasto e prolongado; e, por isso, é preciso que passem muitos anos antes que este edifício litúrgico... se assim se pode dizer, reapareça novamente esplendoroso, na sua

dignidade e na sua harmonia, uma vez purificado das deformações do tempo".(7)

O Papa Pio XII retomou o grande projecto da reforma litúrgica, publicando a Encíclica *Mediator Dei* (8) e constituindo uma nova Comissão.(9) Além disso, tomou decisões sobre alguns pontos importantes, como sejam: a nova tradução do Saltério, para facilitar a compreensão da oração dos Salmos (10); a redução do jejum eucarístico, para favorecer um acesso mais fácil à Comunhão; o uso das línguas vivas no Ritual; e, sobretudo, a reforma da Vigília Pascal (11) e da Semana Santa.(12)

Na introdução ao *Missal Romano* de 1962, figurava a declaração do Papa João XXIII, segundo a qual "os princípios fundamentais, relativos à reforma geral da Liturgia, deviam ser propostos aos Padres no próximo Concílio Ecuménico". (13)

4. Semelhante reforma global da Liturgia correspondia a uma esperança generalizada em toda a Igreja. Com efeito, o espírito litúrgico tinha vindo a difundir-se cada vez mais em quase toda parte; e, juntamente com ele, o desejo de uma "participação activa nos sacrossantos mistérios e na oração pública e solene da Igreja", (14) assim como também a aspiração a ouvir a Palavra de Deus de maneira mais abundante. Em conexão com a renovação bíblica, com o movimento ecuménico, com um remozado fervor missionário e com a investigação eclesiológica, a reforma da Liturgia devia contribuir para a renovação global de toda a Igreja. Foi isto que recordámos na Carta *Dominicae Cenae*: "Existe, de facto, uma *ligação* muito íntima e orgânica *entre a renovação de Liturgia e a renovação de toda a vida da Igreja*. A Igreja não somente age, mas também se exprime na Liturgia e dela vive, e à Liturgia vai haurir as energias para a sua vida". (15)

A reforma dos ritos e dos livros litúrgicos foi empreendida quase imediatamente a seguir à promulgação da Constituição *Sacrosanctum Concilium* e realizou-se em poucos anos, graças ao trabalho considerável e desinteressado dum grande número de peritos e de pastores de todas as partes do mundo. (16)

Esse trabalho foi feito seguindo o princípio conciliar: fidelidade à tradição e abertura ao progresso legítimo;(17) assim, pode dizer-se que a reforma litúrgica é rigorosamente tradicional, atendo-se «às normas dos Santos Padres» (*ad normam Sanctorum Patrum*) (18).

II

Os princípios directivos da Constituição

Os princípios directivos da Constituição, que estiveram na base de toda a reforma, continuam a ser fundamentais para levar os fiéis a uma celebração activa dos mistérios, "primeira e indispensável fonte do verdadeiro espírito cristão". (19) Uma vez que os livros litúrgicos, na sua maior parte, já foram publicados, traduzidos e postos em uso, apresenta-se agora a necessidade de ter constantemente presentes tais princípios e de os aprofundar.

a) A actualização do Mistério Pascal

6. Em primeiro lugar, impõe-se o princípio de que a liturgia da Igreja é a celebração do Mistério Pascal de Cristo, porque foi "do lado de Cristo adormecido na Cruz que brotou o admirável sacramento de toda a Igreja".(20) Por isso, toda a vida da Igreja gravita em torno do Sacrifício eucarístico e dos outros Sacramentos, onde vamos beber nas fontes da salvação (cf. Is 12,3).(21) Devemos, por conseguinte, ter suficiente consciência de que pelo "mistério pascal, fomos sepultados com Cristo no Baptismo, para vivermos com Ele uma vida nova".(22) Quando os fiéis participam na Eucaristia, devem compreender que, "todas as vezes que celebramos este memorial do Sacrifício do Senhor, se realiza a obra da nossa redenção".(23) E, para este fim, os pastores devem formá-los, com empenho constante, no sentido de celebrarem todos os domingos a obra maravilhosa que Cristo realizou pelo mistério da sua Páscoa, para eles, por sua vez, o anunciarem ao mundo.(24) A noite da Vigília Pascal há-de reencontrar no coração de todos — pastores e fiéis — a sua *importância única* no quadro do ano litúrgico, a tal ponto que seja verdadeiramente a festa das festas.

Dado que a morte de Cristo na Cruz e a sua Ressurreição constituem a substância da vida quotidiana da Igreja(25) e o penhor da sua Páscoa eterna,(26) a Liturgia tem como função primária reconduzir-nos a percorrer incansavelmente o caminho pascal aberto por Cristo, no qual se aceita morrer para entrar na vida.

7. Para actualizar o seu mistério pascal, Cristo está sempre presente na sua Igreja, sobretudo nas acções litúrgicas.(27) A Liturgia,

de facto, é o "lugar" privilegiado do encontro dos cristãos com Deus e com Aquele que Ele enviou, Jesus Cristo (cf. Jo 17, 3).

Cristo está presente na Igreja reunida para a oração em seu nome. É precisamente este facto que constitui o fundamento da grandeza da assembleia cristã e a razão das exigências consequentes, de acolhimento fraterno — levado até ao perdão (cf. Mt 5, 23-24) — e de dignidade nas atitudes, nos gestos e nos cânticos.

Cristo está presente e age pela pessoa do ministro ordenado que celebra.(28) Este não está simplesmente investido numa função, mas, em virtude da Ordenação recebida, foi consagrado para agir "in persona Christi". A isso deve corresponder a sua atitude interior e exterior, tanto pelo que se refere às vestes litúrgicas como ao lugar que ocupa e às palavras que profere.

Cristo está presente na sua Palavra proclamada na assembleia e comentada na homília; Palavra que deve ser ouvida com fé e assimilada na oração. Tudo isto há-de resultar da dignidade do livro e do lugar onde é proclamada Palavra de Deus, da apresentação do leitor e da consciência que ele tem de se sentir porta-voz de Deus diante dos seus irmãos.

Cristo está presente e age pela virtude do Espírito Santo nos Sacramentos e, de modo singular e eminente (*sublimiori modo*), no Sacrifício da Missa, sob as espécies eucarísticas,(29) mesmo quando elas estão conservadas no sacrário, fora da celebração, sobretudo para a Comunhão dos doentes e para a adoração dos fiéis. Quanto a esta presença real e misteriosa, incumbe aos pastores recordar frequentemente nas suas catequeses a doutrina da fé, da qual os fiéis devem viver e que os teólogos são chamados a aprofundar. A fé nesta presença do Senhor supõe um sinal exterior de respeito para com a igreja, lugar sagrado onde Deus se manifesta no seu mistério (cf. Ex 3,5), sobretudo quando se celebram Sacramentos: as coisas santas devem ser sempre tratadas santamente.

b) A leitura da Palavra de Deus

8. Em segundo lugar vem o princípio da presença da Palavra de Deus. A Constituição *Sacrosanctum Concilium* também determina que seja restaurada "a leitura mais abundante, variada e bem adaptada da Sagrada Escritura".(31) A razão profunda desta restauração encontra-se expressa na mesma Constituição litúrgica: "para se poder

ver claramente que na Liturgia o rito e a palavra estão intimamente unidos";(32) e de modo análogo, na Constituição Dogmática sobre a Divina Revelação: "A Igreja venerou sempre as divinas Escrituras como venera o próprio Corpo do Senhor, não deixando jamais, sobretudo na sagrada Liturgia, de se alimentar com o pão da vida, tanto da mesa da Palavra de Deus como do Corpo de Cristo, e de o distribuir aos fiéis".(33)

O incremento da vida litúrgica e, por consequência, o desenvolvimento da vida cristã não poderão tornar-se realidade, se não se promover continuamente nos fiéis e, em primeiro lugar, nos Sacerdotes, um "suave e vivo amor da Sagrada Escritura".(34) A Palavra de Deus é mais conhecida actualmente no seio da comunidade cristã, mas uma renovação autêntica continua a apresentar ainda e sempre novas exigências: a fidelidade ao sentido autêntico da Escritura deve ter-se sempre presente, de modo especial quando ela for traduzida nas diversas línguas; a maneira de proclamar a Palavra de Deus, para que ela possa ser percebida como tal; o emprego dos meios técnicos adaptados; as disposições interiores dos ministros da Palavra, a fim de desempenharem bem as próprias funções na assembleia litúrgica; (35) a preparação cuidada da homilia, mediante o estudo e a meditação; o empenhamento dos fiéis em participarem na mesa da Palavra; o gosto de rezar com os Salmos; e o desejo de descobrir Cristo — como os discípulos de Emaús — à mesa da Palavra e do Pão. (36)

c) A manifestação da Igreja a si própria

9. O Concílio acalentava, enfim, o desejo de ver na Liturgia uma epifania da Igreja: ela é Igreja em oração. Ao celebrar o culto divino, a Igreja exprime aquilo que é: una, santa, católica e apostólica.

A Igreja manifesta-se como *una*, segundo aquela unidade que lhe provém da Santíssima Trindade,(37) sobretudo quando o Povo santo de Deus participa "na mesma Eucaristia numa só oração, em torno dum único altar, onde preside o Bispo rodeado pelo seu presbitério e pelos seus ministros".(38) Que jamais coisa alguma venha interromper ou sequer enfraquecer, na celebração da Liturgia, esta unidade da Igreja!

A Igreja exprime a *santidade* que lhe provém de Cristo (cf. Ef, 5, 26-27), quando, reunida num só corpo pelo Espírito Santo,(39) que santifica e dá a vida,(40) comunica aos fiéis, mediante a Eucaristia e os outros Sacramentos, todas as graças e todas as bênçãos do Pai. (41)

Nas celebrações litúrgicas a Igreja exprime a sua *catolicidade*, porque o Espírito do Senhor nela congrega os homens de todas as línguas na profissão da mesma fé;(42) e, do Oriente ao Ocidente, ela apresenta a Deus Pai a oblação de Cristo e oferece-se a si própria em união com Ele.(43)

Por fim a Igreja manifesta na Liturgia que é *apostólica*, porque a fé que ela professa está fundada sobre o testemunho dos Apóstolos. Com efeito, na celebração dos Mistérios, presidida pelo Bispo, sucessor dos Apóstolos, ou por um ministro ordenado na linha da sucessão apostólica, a Igreja transmite fielmente aquilo que recebeu da Tradição apostólica, e, ainda, o culto que ela presta a Deus compromete-a na missão de irradiar o Evangelho no mundo.

Deste modo, é sobretudo na Liturgia que o Mistério da Igreja é anunciado, saboreado e vivido.(44)

III

Orientações que hão-de guiar a renovação da vida litúrgica

10. Dos princípios acabados de mencionar derivam algumas normas e orientações, que devem reger a renovação da vida litúrgica. Se, efectivamente, a reforma da Liturgia desejada pelo Concílio do Vaticano pode considerar-se já posta em prática, a pastoral litúrgica, pelo contrário, constitui uma tarefa permanente, a fim de levar a haurir cada vez mais abundantemente, da riqueza da Liturgia, aquela energia vital que, dimanando de Cristo, se difunde pelos membros do seu Corpo que é a Igreja.

Um vez que a Liturgia é o exercício do Sacerdócio de Cristo, é necessário que se mantenha constantemente viva a afirmação do discípulo quando vislumbrou a presença misteriosa de Cristo: "É o Senhor!" (Jo 21, 7). Nada daquilo que nós fazemos na Liturgia pode parecer mais importante do que aquilo que invisível mas verdadeira e realmente Cristo faz, mediante o seu Espírito. A fé que leva à caridade, e a adoração, o louvor ao Pai e o silêncio de contemplação hão-de ser sempre os primeiros objectivos a alcançar por toda a pastoral litúrgica e sacramental.

Uma vez que a Liturgia é toda ela impregnada da Palavra de

Deus, impõe-se que qualquer outra palavra esteja em harmonia com ela; em primeiro lugar, a homilia, mas também os cânticos e as admoções. É preciso que nenhuma outra leitura passe a substituir a Palavra bíblica; mas as palavras dos homens estejam ao serviço da Palavra de Deus, sem nunca a obscurecerem.

Dado ainda que "as acções litúrgicas não são acções privadas, mas celebrações da Igreja, que é sacramento de unidade",⁽⁴⁵⁾ a sua disciplina depende unicamente da autoridade hierárquica da Igreja.⁽⁴⁶⁾ A Liturgia é algo que pertence a todo o Corpo da Igreja.⁽⁴⁷⁾ É por isso que a ninguém é permitido, nem sequer a um Sacerdote ou a qualquer grupo, acrescentar, suprimir, ou mudar seja o que for, por sua iniciativa.⁽⁴⁸⁾ A fidelidade aos ritos e aos textos autênticos da Liturgia é uma exigência da "lei da oração" (*lex orandi*), que deve estar sempre em conformidade com a "lei da fé" (*lex credendi*). As faltas de fidelidade neste ponto podem chegar a atingir a própria validade dos Sacramentos.

Sendo, pois, celebração da Igreja, a Liturgia requer a participação activa, consciente e plena de todos, de acordo com a diversidade das ordens e das funções:⁽⁴⁹⁾ todos, ministros e fiéis, ao exercerem a própria função, limitem-se a fazer tudo e só aquilo que lhes compete.⁽⁵⁰⁾ É por isso que a Igreja dá preferência às celebrações comunitárias, sempre que tal é compatível com a natureza dos ritos;⁽⁵¹⁾ nesse sentido, ela estimula a formação dos que servem ao altar e dos leitores, cantores e comentadores, enfim, de quantos realizam um verdadeiro ministério litúrgico;⁽⁵²⁾ restaurou a concelebração⁽⁵³⁾ e recomenda a celebração em comum da Liturgia das Horas. ⁽⁵⁴⁾

A Liturgia é a grande escola da oração da Igreja; foi por isso que se considerou oportuno introduzir e desenvolver o uso das línguas vivas — sem de maneira nenhuma eliminar o uso da língua latina, mantida pelo Concílio para os ritos latinos⁽⁵⁵⁾ — a fim de que cada um possa entender e proclamar na própria língua as maravilhas de Deus (cf. *Act* 2, 11); obedeceu ao mesmo intuito o aumento do número dos Prefácios e das Orações Eucarísticas, que enriquecem o tesouro da oração e a inteligência dos mistérios de Cristo.

A Liturgia possui, ainda, um grande valor pastoral. Por isso mesmo, os livros litúrgicos previram uma margem de adaptação às assembleias e às pessoas e uma possibilidade de abertura ao génio e à cultura dos diversos povos.⁽⁵⁶⁾ A revisão dos ritos já teve em vista uma nobre simplicidade⁽⁵⁷⁾ e procurou adoptar sinais facilmente compreensíveis; mas esta preconizada simplicidade não deve degenerar num

empobrecimento dos sinais; pelo contrário, os sinais, sobretudo os sinais sacramentais, devem possuir a maior expressividade. O pão e o vinho, a água e o azeite, e mesmo o incenso, as cinzas, o fogo e as flores e quase todos os elementos da criação têm o seu lugar na Liturgia, como oferenda ao Criador e como contribuição para a dignidade e para a beleza da celebração.

IV

Aplicação concreta da reforma

a) Dificuldades

11. Importa reconhecer que a aplicação da reforma litúrgica esbarrou com dificuldades devidas sobretudo a um ambiente pouco favorável, caracterizado pelo facto de se ter tornado algo privado o âmbito religioso, e, também, por uma certa rejeição de toda e qualquer instituição, por uma menor visibilidade da Igreja na sociedade e por se pôr em questão a fé pessoal. Pode também julgar-se que a passagem de uma simples assistência predominantemente passiva e algumas vezes muda, para uma participação plena e activa terá sido uma exigência demasiado forte para certas pessoas. Resultaram daí atitudes diversas e até mesmo opostas em relação à reforma: alguns acolheram os novos livros com uma certa indiferença, ou então sem procurarem entender nem levar a entender os motivos das mudanças; outros, infelizmente, prenderam-se, de maneira unilateral e exclusiva, às formas litúrgicas precedentes, entendidas por alguns deles como sendo a única garantia da integridade da fé; outros, promoveram inovações fantasiosas, afastando-se das normas dadas pela autoridade da Sé Apostólica ou pelos Bispos, perturbando desse modo a unidade da Igreja e a piedade dos fiéis e chocando mesmo, algumas vezes, com os dados da Fé.

b) Resultados

12. Isto não deve fazer esquecer que os pastores e o povo cristão, na sua maioria, acolheram a reforma litúrgica com espírito de obediência ou, melhor dito, de alegre fervor.

Por isso há que dar graças a Deus: pela passagem do seu Espírito na Igreja, que foi a renovação litúrgica;(58) agradecer-lhe, em

particular, pela mesa da Palavra de Deus, doravante posta abundantemente para todos; pelo esforço imenso que se fez em todo o mundo, com o fim de dotar o povo cristão das traduções da Bíblia, do Missal e dos outros livros litúrgicos; pela participação dos fiéis que aumentou, mediante as orações, os cânticos, o comportamento e o silêncio, durante a Eucaristia e a celebração dos outros Sacramentos; pelos ministérios desempenhados pelos leigos e as responsabilidades que estes assumiram em virtude do sacerdócio comum, no qual foram constituídos por meio do Baptismo e da Confirmação ou Crisma; e, enfim, pela vitalidade que irradia de tantas comunidades cristãs, haurida na fonte da Liturgia.

Todas estas coisas constituem outros tantos motivos para se permanecer fiel ao ensino da Constituição *Sacrosanctum Concilium* e às reformas que ela permitiu pôr em prática: "A renovação litúrgica é o fruto mais visível de toda a obra conciliar".(60) Para muitos, a mensagem do 2º Concílio do Vaticano foi percebida, sobretudo, através da reforma litúrgica.

c) Aplicações erradas

13. Ao lado destes benefícios, é necessário reconhecer e deplorar alguns desvios mais ou menos graves, na aplicação da reforma litúrgica.

Verificam-se, por vezes, omissões e aditamentos ilícitos, ritos inventados fora das normas estabelecidas, atitudes ou cânticos que em nada favorecem a fé e o sentido do sagrado, abusos na prática da absolvição colectiva, confusões entre o sacerdócio ministerial, ligado à Ordenação, e o sacerdócio comum dos fiéis, que tem o seu fundamento no Baptismo.

Não se pode tolerar que alguns sacerdotes se arroguem o direito de compor Orações Eucarísticas ou de substituir os textos da Sagrada Escritura por textos profanos. Iniciativas deste género, longe de estarem ligadas à reforma litúrgica em si mesma, ou aos livros que em seguida se publicaram, contradizem-nos directamente, desfiguram a reforma e privam o povo cristão das riquezas autênticas da Liturgia da Igreja.

Compete aos Bispos extirpar esses abusos, pois a regulamentação da Liturgia depende do Bispo, segundo as normas do direito, (61) e dele "deriva... de algum modo, a vida dos seus fiéis em Cristo". (62)

V

O futuro da renovação

14. A Constituição *Sacrosanctum Concilium* exprimiu a voz unânime do Colégio episcopal, reunido em torno do Sucessor de Pedro e tendo a assistência do Espírito da verdade, prometido pelo Senhor Jesus (cf. *Jo* 15, 27). Este documento continua a servir de apoio à Igreja, no caminho da renovação e da santidade, incrementando nela a genuína vida litúrgica.

Os princípios enunciados neste documento servem de orientação também para o futuro da Liturgia, de tal sorte que a reforma litúrgica seja cada vez mais compreendida e posta em prática. "É necessário, pois — e convém fazê-lo urgentemente — empreender de novo uma educação intensiva, que leve a descobrir todas as riquezas que estão contidas na Liturgia".(63)

A Liturgia da Igreja é algo que vai muito além da reforma litúrgica. Não nos encontramos na mesma situação que se vivia em 1963; há já uma geração de sacerdotes e de fiéis que não chegaram a conhecer os livros litúrgicos anteriores à reforma; e é ela que hoje assume a responsabilidade na Igreja e na sociedade. Por conseguinte, não se pode continuar a falar de mudança, como na altura da publicação do documento, mas sim de aprofundamento cada vez mais intenso na Liturgia da Igreja, celebrada segundo os livros actuais e vivida, antes de tudo, como um acontecimento de ordem espiritual.

a) Formação bíblica e litúrgica

15. A tarefa que se apresenta mais urgente é a da formação bíblica e litúrgica do Povo de Deus: dos pastores e dos fiéis. A Constituição já o tinha frisado bem: "Não há qualquer esperança de que tal aconteça (a participação plena e activa de todo o povo), se antes os pastores de almas se não imbuírem plenamente do espírito e da virtude da Liturgia e nela não se fizerem mestres".(64) Trata-se de uma obra de grande amplitude, que deve começar nos Seminários e nas Casas religiosas de formação(65) e continuar ao longo de toda a vida sacerdotal(66). Esta mesma formação, adaptada à condição que lhes é própria, é indispensável também para os leigos,(67), tanto mais que estes, em muitas regiões, são chamados a assumir responsabilidades cada vez mais relevantes na comunidade.

b) Adaptação

16. Uma outra tarefa importante para o futuro é a adaptação da Liturgia às diferentes culturas. A Constituição enunciou os princípios para isso, indicando o procedimento a ser seguido por parte das Conferências Episcopais.(68) A adaptação das línguas foi rápida, se bem que algumas vezes difícil de realizar. Seguiu-se-lhe a adaptação dos ritos, algo bem mais delicado, mas igualmente necessário. Resta ainda um considerável esforço a fazer, para que a Liturgia lance raízes em certas culturas, acolhendo aquelas expressões das mesmas que possam harmonizar-se com os aspectos do *verdadeiro e autêntico espírito da Liturgia* e respeitando a *unidade substancial do Rito romano*, bem expressa nos livros litúrgicos.(69) A adaptação deve ter em conta o facto de que na Liturgia, e nomeadamente na liturgia dos Sacramentos, há uma *parte imutável* — porque é de instituição divina — de que a Igreja é guardiã; e há *partes susceptíveis de mudança*, que a mesma Igreja tem o poder e, algumas vezes, mesmo o dever de adaptar às culturas dos povos recentemente evangelizados.(70) Este não é um problema novo para a Igreja: a diversidade litúrgica pode ser fonte de enriquecimento, mas pode também provocar tensões, incompreensões recíprocas e até mesmo cismas. Neste campo, portanto, é óbvio que a diversidade não deve prejudicar a unidade. Esta unidade não pode exprimir-se senão na fidelidade à doutrina comum, aos sinais sacramentais que a Igreja recebeu de Cristo, e à comunhão hierárquica. A adaptação às culturas exige a conversão do coração e, se for necessário, mesmo a ruptura com hábitos ancestrais incompatíveis com a fé católica.

Ora, tudo isto requer uma séria formação teológica, histórica e cultural, bem como um sã critério para distinguir aquilo que é necessário ou útil daquilo que é inútil ou mesmo perigoso para a fé. "Um desenvolvimento satisfatório neste campo não poderá ser senão o fruto de um progressivo amadurecimento na fé, que integre em si o discernimento espiritual, a lucidez teológica e o sentido da Igreja universal em grande harmonia". (71)

c) Atenção aos novos problemas

17. O esforço pela renovação litúrgica deve corresponder ainda às exigências do nosso tempo. A Liturgia não é algo desencarnado.(72)

Nestes vinte e cinco anos, novos problemas se levantaram ou se revestiram de nova importância, como, por exemplo: o exercício do diaconado concedido a homens casados; as funções litúrgicas que nas celebrações podem ser confiadas aos leigos, homens e mulheres; as celebrações litúrgicas para crianças, jovens e deficientes; e as modalidades de composição dos textos litúrgicos apropriados para um determinado País.

A Constituição *Sacrosanctum Concilium* não faz referência a estes problemas, mas indica os princípios gerais para coordenar e promover a vida litúrgica.

d) Liturgia e Piedade Popular

18. Por fim, para salvaguardar a reforma e garantir o incremento da Liturgia,(73) é necessário ter em conta a piedade popular cristã e a sua relação com a vida litúrgica.(74) Esta piedade popular não pode ser ignorada, nem tratada com indiferença ou desprezo, porque se apresenta rica de valores(75) e, de per si, já exprime uma certa atitude religiosa diante de Deus. Mas ela tem necessidade de ser continuamente evangelizada, a fim de que a fé que a inspira se torne um acto pessoal cada vez mais amadurecido e autêntico. Tanto os exercícios de piedade do povo cristão,(76) como outras formas de devoção, desde que não substituam as celebrações litúrgicas nem com elas se confundam, são acolhidos e recomendados. Uma autêntica pastoral litúrgica saberá apoiar-se nas riquezas da piedade popular e orientá-las para a Liturgia, como oferta dos povos. (77)

VI

Organismos responsáveis pela renovação litúrgica

a) A Congregação do Culto divino e da Disciplina dos Sacramentos

19. O múnus de promover a renovação da Liturgia compete, em primeiro lugar, à Sé Apostólica.(78) Ocorre neste ano o quarto centenário da data em que o Papa Sisto V criou a Sagrada Congregação dos Ritos e lhe confiou o encargo de velar pela orientação do Culto Divino, que havia sido reformado a seguir ao Concílio de

Trento. Mais tarde, São Pio X instituiu uma outra Congregação da Disciplina dos Sacramentos. E, finalmente, para a aplicação da Constituição sobre a sagrada Liturgia do 2º Concílio do Vaticano, o Papa Paulo VI constituiu um *Conselho*(79) e depois a Sagrada Congregação do Culto Divino,(80) que desempenharam a tarefa que lhes foi confiada com generosidade, competência e prontidão.

De acordo com a nova estrutura da Cúria Romana, prevista pela Constituição *Pastor Bonus*, toda a área da Liturgia passa a estar unificada e submetida à responsabilidade de um só Dicastério: a Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos. É a esta Congregação que compete, salvaguardada a competência da Congregação da Doutrina da Fé,(81) regular e promover a Liturgia, da qual os Sacramentos constituem a parte essencial, encorajando a acção pastoral litúrgica,(82) apoiando os diversos organismos que se dedicam ao apostolado litúrgico, à música, ao canto e à arte sacra (83) e, ainda, vigiando sobre a disciplina sacramental.(84) Esta é uma obra muito importante, porque se trata de guardar fielmente os grandes princípios da Liturgia católica, ilustrados e desenvolvidos na Constituição conciliar e de buscar nela a inspiração para promover e aprofundar em toda a Igreja a renovação da vida litúrgica.

A Congregação, portanto, dará ajuda aos Bispos diocesanos nas suas funções de prestar a Deus o culto da religião cristã e de o regulamentar, segundo os preceitos do Senhor e segundo as leis da Igreja.(85) Para tanto, ela manter-se-á em estreita e confiante relação com as Conferências Episcopais, para tudo aquilo que diz respeito às suas competências no campo litúrgico.

b) As Conferências Episcopais

20. As Conferências Episcopais tiveram o pesado encargo de preparar as traduções dos livros litúrgicos.(87) Necessidades de momento terão levado, talvez, a utilizar traduções transitórias, que foram aprovadas *ad interim* (provisoriamente). Mas agora chegou o tempo de reflectir sobre certas dificuldades que foram aparecendo; de procurar remediar algumas deficiências e inexactidões; de completar as traduções parciais, criar e aprovar os cânticos a serem utilizados na Liturgia; de velar pelo respeito dos textos aprovados e de publicar, finalmente, os livros litúrgicos de modo que possam considerar-se definitivos e com uma apresentação digna dos mistérios que se celebram.

Para semelhante trabalho de tradução, como também para um acordo amplo, para todo o país, as Conferências Episcopais deviam constituir uma Comissão nacional e procurar valer-se da colaboração de pessoas peritas nos diversos sectores da ciência e do apostolado litúrgico.(88) Convirá interrogar-se agora sobre o balanço, positivo ou negativo, de tal Comissão, sobre as orientações e sobre a ajuda que ela recebeu da parte da Conferência Episcopal, quanto à sua composição e quanto às suas actividades. O papel desta Comissão apresenta-se muito mais delicado, quando a Conferência deseja pôr em prática certas medidas de adaptação ou de inculturação mais profunda:(89) é mais uma razão para vigiar, no sentido de que nela haja pessoas verdadeiramente peritas.

c) O Bispo Diocesano

21. Em cada Diocese o Bispo é o principal dispensador dos mistérios de Deus, como também o organizador, o promotor e o guardião de toda a vida litúrgica da Igreja que lhe está confiada.(90) Quando o Bispo celebra rodeado pelo povo é o próprio mistério da Igreja que se manifesta. Por isso mesmo, é necessário que o Bispo esteja firmemente convencido da importância dessas celebrações para a vida cristã dos seus fiéis. Elas devem ser um modelo para toda a Diocese.(91) É um campo em que fica ainda muito por fazer; ou seja: para ajudar os sacerdotes e os fiéis a compreenderem o sentido dos ritos e dos textos litúrgicos, para aperfeiçoar a dignidade e a beleza das celebrações e dos lugares; e para promover, à maneira do Padres da Igreja, a "catequese mistagógica" dos Sacramentos. Para levar a bom termo esta tarefa, o Bispo deve constituir uma ou até mais do que uma Comissão diocesana, as quais darão a sua contribuição para promover a acção litúrgica, a música e a arte sacra na sua Diocese.(92) A Comissão diocesana, da sua parte, procurará agir de acordo com o pensamento e as directrizes do Bispo e há poder contar com a sua autoridade e com o seu apoio para desempenhar bem a própria função.

Conclusão

22. A Liturgia não esgota toda a acção da Igreja, como recordou a Constituição *Sacrosanctum Concilium*.(93) Ela representa,

porém, a fonte é o ponto culminante⁽⁹⁴⁾ É fonte porque aí, sobretudo nos Sacramentos, os fiéis vão beber abundantemente a água da graça, que mana do lado de Cristo crucificado. Para usar uma imagem de que gostava o Papa João XXIII, ela é como que a fonte da aldeia, à qual todas as gerações vêm beber a água sempre viva e fresca. É também o ponto culminante, porque toda a acção da Igreja tende para a comunhão de vida com Cristo; e é na Liturgia que a Igreja manifesta e comunica aos fiéis a obra da Salvação, realizada por Cristo de uma vez para sempre.

23. Parece ter chegado o momento de reencontrar aquela grande inspiração que impeliu a Igreja na altura em que a Constituição *Sacrosanctum Concilium* foi preparada, discutida, votada e promulgada e conheceu as primeiras providências para a sua aplicação. O grão foi semeado: ele teve de suportar o rigor do inverno, mas a semente germinou e tornou-se uma árvore. Trata-se agora, efectivamente, de prover ao crescimento orgânico de uma árvore tanto mais vigorosa, quanto mais ela lança em profundidade as suas raízes no terreno da Tradição.⁽⁹⁵⁾ Queria recordar aqui o que dizia aos participantes no Encontro das Comissões litúrgicas em 1984: na obra de renovação litúrgica querida pelo Segundo Concílio do Vaticano, é preciso ter presente, "com grande equilíbrio, a parte de Deus e a parte do homem, a hierarquia e os fiéis, a tradição e o progresso, a lei e a adaptação, a pessoa singular e a comunidade, o silêncio e o impulso coral. Assim, a Liturgia da terra se unirá à do céu, onde... se formará um único cântico... para numa só voz entoar um hino ao Pai por meio de Jesus Cristo".⁽⁹⁶⁾

Com este voto cheio de confiança, que no coração se transforma em prece, a todos damos a Bênção Apostólica.

Vaticano, ao 4 dias de Dezembro do ano de 1988, undécimo ano do nosso Pontificado.

- (1) AAS 56 (1964), pp. 97-134.
- (2) Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 1
- (3) Primeira Mensagem ao Mundo (17 de Outubro de 1978): AAS 70 (1978), pp. 920-921.
- (4) Cf. em particular: Carta Enc. *Redemptor Hominis* (4 de Março de 1979), nn. 7. 18-22; AAS 71 (1979), pp. 268-269, 301-324; Exort. Apost. *Catechesi tradendae* (16 de Outubro de 1979), nn. 23-27-30. 33. 37. 48. 53-55. 66-68: AAS 71 (1979), pp. 1296-1297, 1298-1303, 1305-1306, 1308-1309, 1316; Carta *Dominicae Cenae* sobre o mistério e o culto da Santíssima Eucaristia (24 de Fevereiro de 1980): AAS 72 (1980), pp. 113-148; Carta Enc. *Dives in misericordia* (30 de Novembro de 1980), nn. 13-15: AAS 72 (1980), pp. 1218-1232; Exort. Apost. *Familiaris consortio* (22 de Novembro de 1981), nn. 13. 15. 19-21. 33. 38-39. 55-59. 66-68: AAS 74 (1982) pp. 93-96, 97, 101-106, 120-123, 129-131, 147-152, 159-165; Exort. Apost. Pós-sinodal *Reconciliatio et Paenitentia* (2 de Dezembro de 1984): AAS 77 (1985), pp. 185-275; e especialmente os nn. 23-33, pp. 233-271.
- (5) Alocução aos participantes no Encontro dos Presidentes e dos Secretários das Comissões Nacionais de Liturgia (27 de Outubro de 1984), n.1: *Insegnamenti*, VII, 2 (1984), p. 1049.
- (6) Const. Apost. *Divino afflatu* (1 de Novembro de 1911): AAS 3 (1911), pp. 633-638.
- (7) Motu proprio *Abhinc duos annos* (23 de Outubro de 1913): AAS 5 (1913), pp. 449-450.
- (8) 20 de Novembro de 1947: AAS 39 (1947), pp. 521-600.
- (9) Sagrada Congregação dos Ritos, Secção histórica, n.71, *Memorial sobre a reforma litúrgica* (1946).
- (10) Pio XII PP., Motu proprio *In cotidianis precibus* (24 de Março de 1945): AAS 37 (1945), pp. 65-67.
- (11) S. Congregação dos Ritos, Decreto *Dominicae Resurrectionis* (9 de Fevereiro de 1951): AAS 43 (1951), pp. 128-129.
- (12) S. Congregação dos Ritos, Decreto *Maxima redemptionis* (16 de Novembro de 1955): AAS 47 (1955), pp. 838-841.
- (13) João XXIII PP., Carta Apost. *Rubricarum instructum* (25 de Julho de 1960): AAS 52 (1960), p. 594.
- (14) Pio X PP., Motu proprio *Tra le sollecitudini dell'ufficio pastorale* (22 de Novembro de 1903): *Pii X Pontificis Maximi Acta*, I, p. 77.
- (15) Carta *Dominicae Cenae* (24 de Fevereiro de 1980), n. 13: AAS 72 (1980), p. 146.
- (16) Cf. Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 25.
- (17) Cf. *ibid.*, n.23.
- (18) Cf. *ibid.*, n. 50; *Missal Romano*, Proémio, n. 6.
- (19) Cf. Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 14.
- (20) Cf. Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 5, *Missal Romano* - Vigília Pascal, oração depois da VII leitura.
- (21) Cf. Const. *Sacrosanctum Concilium*, nn. 5-6. 47. 61. 102. 106-107.
- (22) *Missal Romano* - Vigília Pascal, renovação das promessas do Baptismo.
- (23) *Ibid.*, Missa vespertina "in Cena Domini" - Oração sobre as oblatas.
- (24) Cf. *Ibid.*, Prefácio dos Domingos "per annum", I.
- (25) Cf. Carta Enc. *Redemptor hominis* (4 de Março de 1979), n. 7: AAS 71 (1979), pp. 268-270.
- (26) Cf. Carta *Dominicae Cenae* (24 de Fevereiro de 1980), n. 4: AAS 72 (1980), pp. 119-121.
- (27) Cf. Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 7; cf. Paulo VI PP., Carta Enc. *Mysterium Fidei* (3 de Setembro de 1965): AAS 57 (1965), pp. 762-764.
- (28) Cf. S. Congregação dos Ritos, Instrução *Eucharistium Mysterium* (25 de maio de 1967), n. 9: AAS 59 (1967), p. 547.
- (29) Cf. Paulo VI PP. Carta Enc. *Mysterium Fidei* (3 de Setembro de 1965): AAS 57 (1965), p. 763.
- (30) Cf. *ibid.*, pp. 769-771.
- (31) Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 35.
- (32) *Ibid.*

- (33) Const. dogm. *Dei verbum*, n. 21.
- (34) Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 24.
- (35) Cf. Carta *Dominicae Cenae* (24 de Fevereiro de 1980), n. 10: AAS 72 (1980), pp. 134-137.
- (36) Cf. *Liturgia das Horas*, Segunda-Feira da IV Semana, Oração das Vésperas.
- (37) Cf. *Missal Romano*, Prefácio dos Domingos "per annum" VIII.
- (38) Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 41.
- (39) Cf. *Missal Romano*, Orações Eucarísticas II e IV.
- (40) Cf. *ibid.*, Oração Eucarística III; Símbolo Niceno-Constantinopolitano.
- (41) Cf. *ibid.*, Oração Eucarística I.
- (42) Cf. *ibid.*, Bênção solene no Domingo de Pentecostes.
- (43) Cf. *ibid.*, Oração Eucarística III.
- (44) Cf. *Alocução* aos participantes no Encontro dos Presidentes e Secretários das Comissões Nacionais de Liturgia (27 de Outubro de 1984), n. 1: *Insegnamenti*, VII, 2 (1984), p. 1049.
- (45) Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 26.
- (46) Cf. *ibid.*, nn. 22 e 26.
- (47) Cf. *ibid.*, n. 26.
- (48) Cf. *ibid.*, n. 22.
- (49) Cf. *ibid.*, n. 26.
- (50) Cf. *ibid.*, n. 28.
- (51) Cf. *ibid.*, n. 27.
- (52) Cf. *ibid.*, n. 29.
- (53) Cf. *ibid.*, n. 57; Cf. S. Congregação dos Ritos, Decreto geral *Ecclesiae semper* (17 de Março de 1965): AAS 57 (1965) pp. 410-412.
- (54) Const. *Sacrosanctum Concilium*, 99.
- (55) Cf. *ibid.*, n. 36.
- (56) Cf. *ibid.*, nn. 37-40.
- (57) Cf. *ibid.*, n. 34.
- (58) Cf. *ibid.*, n. 43.
- (59) Cf. Const. dogm. *Dei Verbum* n. 21; Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 51.
- (60) *Relação final* da Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos (7 de Dezembro de 1985), II, B, b, 1.
- (61) Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 22, 1.
- (62) *Ibid.*, n. 41.
- (63) Carta *Dominicae Cenae* (4 de Fevereiro de 1980), n. 9: AAS 72 (1980), p. 133.
- (64) Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 14.
- (65) Cf. S. Congregação dos Ritos, Instrução *Inter Oecumenici* (26 de Setembro de 1964), nn. 11-13: AAS 56 (1964), pp. 879-880; S. Congregação para a Educação Católica, "Ratio Fundamental" para a formação sacerdotal (6 de Janeiro de 1970), cap. VIII: AAS 72 (1970) pp. 351-361; Instrução *In ecclesiasticam futurorum* sobre a formação litúrgica nos Seminários (3 de Junho de 1979), Roma, 1979.
- (66) Cf. S. Congregação dos Ritos, Instrução *Inter Oecumenici* (26 de Setembro de 1964), nn. 14-17: AAS 56 (1964), pp. 880-881.
- (67) Cf. Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 19.
- (68) Cf. *ibid.*, n. 39.
- (69) Cf. *ibid.*, n. 37-40.
- (70) Cf. *ibid.*, n. 21.
- (71) *Alocução* a um grupo de Bispos da Conferência Episcopal do Zaire (12 de Abril de 1983), n. 5: AAS 75 (1983), p. 620.
- (72) *Alocução* aos participantes no Encontro dos Presidentes e Secretários Nacionais de Liturgia (27 de Outubro de 1984), n. 2: *Insegnamenti*, VII, 2 (1984), p. 1501.
- (73) Cf. Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 1.
- (74) Cf. *ibid.*, nn. 12-13.
- (75) Cf. Paulo VI PP., Exort. Apost. *Evangelii nuntiandi* (8 de Dezembro de 1975), n. 48: AAS

- 68 (1976), pp. 37-38.
- (76) Cf. Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 13.
- (77) Cf. *Alocução à Conferência Episcopal dos Abruzzos e Molise (Itália) em visita "ad Limina"* (24 de Abril de 1986), nn. 3-4: AAS 78 (1986) pp. 1140-1143.
- (78) Cf. Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 22, 1.
- (79) Carta Apost. *Sacram Liturgiam* (25 de Janeiro de 1964): AAS 56 (1964), pp. 139-144.
- (80) Const. Apost. *Sacra Rituum Congregatio* (8 de Maio de 1969): AAS (61), (1969), pp. 297-305.
- (81) Const. Apost. *Pastor Bonus* (28 de Junho de 1988), n. 69 AAS 80 (1988), p. 876.
- (82) Cf. *ibid.*, n. 64: l. c., pp. 876-877.
- (83) Cf. *ibid.*, n. 65: l. c., p. 877.
- (84) Cf. *ibid.*, nn. 63 e 66: l. c., pp. 876-877.
- (85) Cf. Const. dogm. *Lumen gentium*, n. 26; Const. *Sacrosanctum Concilium*, n. 22, 1.
- (86) Cf. Const. Apost. *Pastor Bonus*, n. 64,3: l. c., p. 877.
- (87) Cf. Const. *Sacrosanctum Concilium*, nn. 36 e 63.
- (88) Cf. *ibid.*, n. 44.
- (89) Cf. *ibid.*, n. 40.
- (90) Cf. Decr. *Christus Dominus*, n. 15.
- (91) Cf. *Discurso aos Bispos italianos participantes num concurso de actualização litúrgica* (12 de Fevereiro de 1988), n. 1: "*L'Osservatore Romano*", 13 de Fevereiro de 1988, p. 4.
- (92) Cf. Const. *Sacrosanctum Concilium*, nn. 45-46.
- (93) Cf. *ibid.*, n. 9.
- (94) Cf. *ibid.*, n. 10.
- (95) Cf. *ibid.*, n. 23.
- (96) *Discurso aos participantes no Encontro dos Presidentes e Secretários das Comissões de Liturgia* (27 de Outubro de 1984), n. 6: *Insegnamenti*, VII, 2 (1984), p. 1054.

A Língua Portuguesa e a Reforma Litúrgica do Concílio Vaticano II

Os primeiros passos luso-brasileiros

O Concílio do Vaticano II, entre outras formas fundamentais, promoveu a renovação litúrgica mais extensa e profunda ao longo da História duas vezes milenária da Igreja.

Comemora-se este ano, por sinal, o jubileu da Constituição sobre a Liturgia, que foi o primeiro documento aprovado pela assembleia conciliar, justamente há 25 anos, e constitui a solene oficialização do Movimento Litúrgico nos seus objectivos nucleares e nas suas aspirações globais.

Uma das concretizações mais sensíveis desta reforma litúrgica consistiu na concessão do uso das línguas vernáculas na Liturgia, não obstante o latim continuar a ser a língua oficial da Igreja.

A tradução do texto oficial latino nas línguas vernáculas passou a ser então preparada e aprovada pela Autoridade eclesiástica territorial competente que a submeteria depois à confirmação da Sé Apostólica.

Quando se iniciou a aplicação do espírito e da letra da reforma conciliar só havia dois países independentes de língua portuguesa: Portugal e Brasil.

A Sé Apostólica pretendia que houvesse apenas um texto litúrgico para cada língua. Assim, Portugal e Brasil deveriam trabalhar em comum para conseguir que o missal, os rituais e a liturgia das horas tivessem a mesma versão portuguesa.

Constituiu-se para tal uma denominada Comissão Mista Luso-Brasileira, que foi encabeçada por D. João da Silva Campos Neves, Bispo de Lamego, e por D. Clemente José Carlos Isnard, OSB, Bispo de Friburgo, pelas partes portuguesa e brasileira, respectivamente. Outros Bispos e vários peritos de ambos os países completavam esta

Comissão. Nem faltariam sequer dois literatos, um de cada país, para garantir a pureza da língua: Vitorino Nemésio e Alceu Amoroso Lima, mais conhecido pelo pseudónimo de Tristão de Ataíde.

A Comissão Mista, a nível episcopal, teve a sua primeira reunião no Pontifício Colégio Português em Roma, no dia 21 de Novembro de 1965, e, entre outras acções, deliberou começar pela elaboração de uma tradução bíblica oficial, que viesse a servir de base a todos os textos litúrgicos. Os processos de trabalho e os critérios da elaboração deste texto bíblico foram decididos de igual modo.

Depois, as Comissões Episcopais de Portugal e do Brasil repartiram entre si, ainda em Roma, a tradução do Novo Testamento, tendo sido atribuídos a Portugal os Evangelhos, os Actos dos Apóstolos, as obras de S. João e também metade do Saltério.

Em Janeiro de 1966 reuniram-se no Santuário de Fátima os professores de Sagrada Escritura de vários seminários de Portugal para estabelecerem as etapas do trabalho e as normas que deveriam orientar a tradução bíblica.

Como o Saltério é o livro da Bíblia mais utilizado nos livros litúrgicos, resolveu-se começar pela sua tradução. Dividido o trabalho ao meio, ficando o Brasil com os primeiros 75 salmos e Portugal com os restantes 75, cada país lançou-se ao trabalho sem que os peritos de um e outro lado do Atlântico se tivessem alguma vez reunido para trocar impressões. O insucesso desta metodologia viria a tornar-se fatal. Embora estivessem previstas permutas de textos, observações recíprocas e as necessárias revisões antes da escolha definitiva, o que é certo é que acabaram por ser idênticas e totalmente negativas as reacções dos peritos brasileiros ao texto português e dos peritos portugueses ao texto brasileiro. E fracassado este primeiro esforço feito em comum, todo o restante trabalho ficou irremediavelmente comprometido.

A própria elaboração do Cânon da Missa, que parecia bem encaminhada, viria a sofrer tantas e tais vicissitudes que só com a visita de uma delegação brasileira a Lisboa, presidida por D. Clemente Isnard, e após uns dias de trabalho sério com a delegação portuguesa, de que era presidente D. Florentino de Andrade e Silva, foi possível chegar a um acordo, mas apenas sobre as partes dialogadas e outras respostas do povo na Missa. A Congregação do Culto Divino confirmou este texto pelo Protocolo nº 1019/69, de 5 de Setembro de 1969.

Nos outros trabalhos, a diferença de critério, o atraso das traduções, a urgência das necessidades pastorais de ambos os povos, a des-

crença de se chegar a um acordo, levaram os Bispos brasileiros a pedir à Sé Apostólica, em 1968, a dissolução da Comissão Mista Luso-Brasileira, permitindo que o Brasil elaborasse as suas próprias traduções, conservando-se apenas o intercâmbio entre as duas Conferências.

Apresentado o pedido à Santa Sé, o Papa João Paulo VI manteve a Comissão Mista mas limitou a sua competência apenas aos textos que diziam respeito às intervenções do povo. Os outros textos incumbiriam a cada uma das Conferências através das respectivas Comissões de Liturgia. Esta posição da Sé Apostólica foi transmitida oficialmente a D. Florentino de Andrade e Silva, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, pela Congregação do Culto Divino através do Protocolo Nº 2578/68, de 12 de Novembro de 1968.

Depois disto, só o acordo, já referido e relativo aos diálogos na Missa, que se alcançou na reunião de Lisboa em 1969, assinalou a sobrevivência da Comissão Mista e foi simultaneamente o seu último suspiro. Efectivamente, passaram-se dezasseis longos anos sem que entre as duas Conferências Episcopais se estudasse ou aprovasse qualquer documento importante. Chegou-se ao extremo de ser a Congregação do Culto Divino a pedir a Portugal e ao Brasil que apresentassem as suas versões da fórmula essencial do Sacramento da Reconciliação ou da Penitência. Apresentadas as duas versões, a Congregação resolveu calmamente o problema, escolhendo uma das versões e aprovando-a pelo Protocolo CD 280/76, de 2 de Março de 1976.

I Reunião dos Presidentes e Secretários das Comissões Episcopais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa

Após uma visita a Portugal e um encontro pessoal, a título meramente particular, do P. Gregório Lutz, Assessor Nacional de Liturgia no Brasil, com o Director do nosso Secretariado Nacional de Liturgia, Mons. Aníbal Ramos, retomou-se um intercâmbio mais regular entre os dois Secretariados e, pouco depois, entre as duas Comissões Episcopais de Liturgia.

A 30 de Outubro de 1980, D. Romeu Alberti, Responsável pela Linha 4 (Liturgia) da CNBB, escrevia ao Director do nosso Secretariado a propor "um contacto permanente", embora reconhecesse que tinha sido dissolvida a Comissão Mista para os textos litúrgicos. E começou por apresentar para primeiro ponto de reflexão justamente a fórmula consecratória da Missa.

Na resposta deste ofício não deixou de se recordar que era preciso "entrar em contacto com os episcopados dos outros países de expressão portuguesa — Cabo Verde, Guiné, Angola, S. Tomé e Príncipe e Moçambique — pois, desde a sua independência, passaram a ter o direito de fazer ouvir a sua voz também nestes assuntos de língua litúrgica".

No dia 20 de Julho de 1981, por iniciativa do então Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia de Portugal, D. Manuel de Almeida Trindade, fez-se em Lourdes, durante o Congresso Eucarístico Internacional, uma reunião dos Presidentes das Comissões Episcopais de Liturgia de Angola, Brasil e Portugal, respectivamente D. Zacarias Kamwenho, D. Romeu Alberti e D. Manuel de Almeida Trindade. Nessa reunião, após o relato sucinto das actividades de cada Comissão e dos problemas litúrgicos existentes em cada um dos três países de expressão portuguesa, D. Manuel de Almeida Trindade pôs o problema da revisão final do Ordinário da Missa feito em Portugal e já comunicado ao Episcopado Brasileiro. D. Romeu Alberti confessou ter tomado conhecimento das propostas da revisão acabada de referir mas que as não julgara de grande urgência, porque no Brasil já tinha saído a público mais de uma edição do Missal do Altar, pelo que uma mudança destas seria pastoralmente desaconselhável. Naquelas circunstâncias não era possível ir mais longe. No entanto, a compreensão de todas as partes e a naturalidade com que o texto do nosso Ordinário da Missa foi utilizado nas celebrações eucarísticas pela assembleia, que era constituída fundamentalmente por pessoas dos três países, merecem ser registadas e confirmaram a esperança de que em breve se poderia chegar a um acordo.

Os passos que se deram em seguida foram mais regulares e seguros. No dia 25 de Outubro de 1984, por ocasião do Convénio dos Presidentes e Secretários das Comissões de Liturgia realizado no Vaticano para fazer o balanço de vinte anos de reforma litúrgica conciliar, efectuou-se em Roma um encontro dos Representantes das Comissões presentes de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal, no qual cada um fez o ponto da situação da reforma litúrgica no seu País, quer no que se refere aos livros litúrgicos e outras publicações, quer no que respeita à formação litúrgica dos padres, dos religiosos e dos leigos. Deliberou-se neste encontro, que foi presidido por D. António Francisco Marques, de Portugal, e secretariado pelo Padre Gregório Lutz, do Brasil, promover uma reunião das Comissões dos 7 países de Língua

Portuguesa no ano seguinte, em Aparecida, Brasil. No dia 23 de Maio de 1985, efectuou-se no Patriarcado de Lisboa uma reunião em que participaram o Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia do Brasil, D. Geraldo Majella Agnelo, e o Presidente e o Secretário a mesma Comissão de Portugal, respectivamente, D. Albino Mamede Cleto e Mons. Aníbal Ramos.

O ponto único da agenda foi a preparação do I Encontro dos Presidentes e Secretários das Comissões Nacionais de Liturgia dos Países de língua oficial portuguesa. Após uma fraterna e cordial troca de impressões, assentou-se nos pontos principais a estudar.

Este Encontro viria a efectuar-se em Aparecida, Brasil, de 12 a 15 de Julho de 1985. A Comissão do Brasil era constituída por D. Geraldo Majella Agnelo e P. Gregório Lutz, que tiveram a colaboração dos peritos: Côn. Amaro Cavalcanti de Albuquerque, P. Fr. Alberto Beckhäuser, OFM, P. Fr. Joel Postma, P. Luis Mórghano e Ir. Irene Brunetta. Formavam a Comissão de Portugal D. Albino Mamede Cleto, Mons. Aníbal Ramos e o perito Côn. José Ferreira. As Comissões de Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe estavam representadas pelos Padres Dr. Amaro Valério Mwitw, José Constantina Bento e Alberto Rosado Fileno, respectivamente. A Comissão de Angola e a Igreja da Guiné Bissau, por motivos imprevistos, não puderam tomar parte nos trabalhos.

Um dos objectivos fundamentais este Encontro era conseguir um texto único para as fórmulas essenciais dos Sacramentos, a começar pela forma consecratória da Missa. Os resultados foram francamente positivos e o acordo a que se chegou ficou de ser levado à apreciação das Conferências Episcopais respectivas, devendo, depois de aprovado, ter a confirmação da Congregação do Culto Divino.

Como seria de esperar, faziam parte da agenda outros assuntos de pastoral litúrgica, como: a formulação de critérios para a adaptação da Liturgia à índole e cultura dos nossos povos, celebrações dominicais sem padre, presidência dos leigos na celebração dos Sacramentos e Sacramentais, formação litúrgica dos sacerdotes e dos leigos, diáconos permanentes, ministérios na Liturgia e fortalecimento do intercâmbio entre as nossas Comissões de língua portuguesa.

O grande interesse deste Encontro ficou claramente demonstrado e levou as Comissões à marcação de novo Encontro dois anos depois, mas desta vez em Portugal.

A convite da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a

totalidade das Comissões participou a seguir na reunião dos Bispos Responsáveis pela Liturgia nos Regionais do Brasil e assistiu ao XI Congresso Eucarístico Nacional, que se realizou no Santuário da Aparecida, de 16 a 21 de Julho do mesmo ano.

II Reunião das Comissões Nacionais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa

Três anos depois, sobretudo para comemorar os 25 anos da Constituição sobre a Liturgia e por outros motivos ponderosos que desaconselharam a sua realização em 1987, efectuou-se a II Reunião no Santuário de Fátima, em Portugal, de 6 a 9 de Julho.

Participaram nos trabalhos: D. Zacarias Kamwenho, Bispo de Novo Redondo e Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia de Angola; D. Clemente José Carlos Isnard, Bispo de Nova Friburgo e Responsável pela Liturgia na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Frei Alberto Beckhäuser, OFM, Assessor Nacional de Liturgia no Brasil; P. José Constantina Bento, Representante do Bispo de Cabo Verde; D. Paulo Mandlate, Bispo de Tete e Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia; P. José Constantina Bento, Representante do Bispo de Cabo Verde; P. Dr. Amaro Valério Mwit, Secretário da Comissão Episcopal de Liturgia de Moçambique; D. António Francisco Marques, Bispo de Santarém e Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia de Portugal; D. Joaquim Gonçalves, Bispo Coadjutor de Vila Real e Vogal da Comissão Episcopal de Liturgia de Portugal; Mons. Aníbal Ramos, Secretário da Comissão Episcopal de Liturgia de Portugal; Cón. José Ferreira, Assessor da Comissão Episcopal de Liturgia de Portugal; e P. António dos Santos Moreira, Representante do Bispo de São Tomé e Príncipe.

As fórmulas essenciais da Missa e dos Sacramentos constituíram o 1º ponto da agenda desta Reunião. Três anos antes, no Brasil, desbravou-se o terreno e conseguiu-se um consenso substancial, ainda que incompleto. Voltou-se desta vez à forma consecratória da Missa e estudaram-se as fórmulas essenciais da Confirmação e da Unção dos Doentes. Havia, com efeito, uma insatisfação generalizada relativamente a certas expressões das fórmulas destes Sacramentos, como já se tinha verificado em Aparecida. Neste encontro de Fátima foram apresentadas várias propostas concretas que, depois de um debate sério e construtivo, acabaram por ser enriquecidas e por merecer a aprovação dos participantes.

Estas fórmulas vão agora ser submetidas à aprovação dos Bispos dos nossos países e à confirmação da Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos, como se chama presentemente.

A celebração do jubileu da Constituição sobre a Liturgia está a ser feita nos países de língua portuguesa com os meios de que cada um pode dispor, mas sempre com a preocupação de aproveitar a passagem desta data festiva para promover um projecto que tenha em conta a realidade presente e abra perspectivas para um trabalho formativo e actuante de grande projecção no futuro. O pôr em comum dos programas de cada comissão foi oportuno e revelou-se particularmente enriquecedor.

Foi também objecto de partilha a inculturação da Liturgia e a necessidade de que esta inculturação se faça no respeito da identidade cultural de cada um dos nossos povos. Os primeiros passos da reforma litúrgica tiveram como preocupação prioritária a tradução dos livros litúrgicos para as línguas vernáculas. Agora que se procede à revisão destas traduções, verifica-se que se não aproveitaram devidamente nestes 25 anos todas as possibilidades de adaptação que estavam previstas, e que há um longo caminho a percorrer para que a reforma litúrgica leve efectivamente à participação activa, consciente e frutuosa, que é o seu objectivo fundamental.

A religiosidade ou piedade popular, que tem nos povos de língua portuguesa uma importância relevante, mereceu um espaço considerável nesta reunião e revelou como é profunda na sua vida religiosa a devoção a Nossa Senhora, à Paixão de Cristo e aos Santos. O estudo desta piedade popular, a que os últimos Papas têm dado crescente atenção e oportunas orientações para que se torne mais esclarecida e purificada, permitiu uma análise das várias formas de que se revestiu desde a Idade Média até aos nossos dias. Pôde concluir-se desta análise que não é possível conhecer devidamente a vida religiosa dos cristãos de língua portuguesa sem ter em conta o papel fundamental e insubstituível da sua piedade popular, e que esta piedade popular, nas suas formas essenciais, tem em Portugal a sua matriz e a sua expressão mais comum.

O ambiente em que decorreram estes trabalhos foi extremamente compreensivo, fraterno e cordial, tendo beneficiado do ambiente religioso que o Santuário de Fátima proporciona a quem o procura para rezar ou para meditar ou para resolver problemas de grande projecção religiosa, como era o caso.

A grande importância de que estas reuniões se revestem para a

unidade e fixação dos textos litúrgicos essenciais nos sete países lusófonos não escapou à atenção do ICALP nem do seu Presidente, Prof. Dr. Fernando Alves Cristóvão. Mas trabalhos deste tipo supõem, além de outras, despesas de deslocação que os participantes nem sempre poderiam suportar. Assim, o ICALP acedeu de bom grado a colaborar nestas iniciativas, aliás no âmbito da sua competência estatutária, subsidiando as viagens dos Bispos e outros representantes dos países africanos de língua oficial portuguesa.

A. RAMOS

Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja

No dia 22 de Maio, tomou posse em Lisboa a Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja.

Em nome da Conferência Episcopal Portuguesa, o sr. D. António Francisco Marques, na sua qualidade de Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, empossou os membros desta Comissão, que ficou assim constituída: Mons. Aníbal de Oliveira Marques Ramos, Dra. D. Maria Teresa Gomes Ferreira, Arq. Luís Sarmiento de Carvalho Cunha, Dr. Arq. José António Falcão e José Bernard Guedes.

Com a entrada em funções desta Comissão fica completa a organização do Secretariado Nacional de Liturgia. Efectivamente, às áreas da Pastoral Litúrgica e da Música Sacra, que estão confiadas aos respectivos serviços, junta-se agora a da Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja.

Todas as dioceses portuguesas têm já as suas comissões ou secretariados de Arte Sacra, como estabelecem as normas da Igreja, que foram actualizadas pelo 2º Concílio Vaticano na Constituição sobre a Liturgia, promulgada há 25 anos.

O amor da Igreja pelas artes liberais revela-se especialmente na arte sacra ou litúrgica. O vasto e rico património artístico que criou e

está confiado em grande parte aos seus cuidados, é de si a demonstração mais evidente deste amor e exige uma permanente atenção e uma defesa cuidadosa.

Aos vogais desta Comissão nacional, que têm dado provas de sentido das responsabilidades e competência nas áreas da sua especialização — Liturgia, Museologia, Arquitectura, História da Arte e Restauro — incumbe desempenhar uma grande tarefa na promoção e guarda dos valores artísticos e documentais da Igreja, que correm o risco de serem maltratados pela ignorância ou de caírem nas mãos dos colecionadores ou de ficarem à mercê de legislações nacionais ou camarárias com aparentes preocupações de defesa do património mas que efectivamente são autênticos atentados aos legítimos direitos da Igreja.

Encontros Diocesanos

Viana do Castelo

De 4 a 6 de Fevereiro deste ano, realizou-se em Viana do Castelo o 11º Encontro Diocesano de Pastoral Litúrgica, que foi dedicado à Reforma Litúrgica 25 anos após a Constituição sobre a Liturgia.

Colaboraram nos trabalhos os seguintes conferencistas: D. Manuel de Almeida Trindade, P. Dr. Manuel Simões, SJ, P. Dr. Azevedo de Oliveira, P. Dr. Alípio Lima, P. Dr. Joaquim Vilar, P. Dr. José de Leão Cordeiro e Mons. Aníbal Ramos.

Houve 320 pessoas inscritas, oriundas de todos os arceprestados da Diocese, entre as quais 45 candidatos a ministros extraordinários da Comunhão, que viriam a ser nomeados oficialmente durante a Eucaristia que encerrou o Encontro.

O Secretariado Diocesano de Liturgia, que promoveu este encontro, publicou um guião para as suas celebrações que, apesar do seu carácter particular, nem por isso deixará de proporcionar critérios de selecção e de servir de incentivo para o prosseguimento da renovação litúrgica em curso na Diocese.

D. Armindo Lopes Coelho, que presidiu à abertura e ao encerramento dos trabalhos, não só sublinhou a importância da temática e a oportunidade dos objectivos, mas também situou com profundidade

e clareza a pastoral litúrgica no âmbito mais largo da pastoral diocesana, não deixando também de incitar os novos ministros da Comunhão ao cumprimento generoso e esclarecido do seu ministério.

Évora

Nos dias 25 e 26 de Fevereiro realizou-se, no Seminário Maior de Évora, o XI Encontro Diocesano de Pastoral Litúrgica.

Tinha-se em vista fazer o balanço dos primeiros 25 anos de vida litúrgica na Diocese depois da publicação da Constituição **Sacrosanctum Concilium** e indicar pistas para o futuro.

O número de presenças rondou as 120 pessoas e o Encontro teve características de tempo de estudo e oração.

Os temas foram abordados em perspectiva teológico-pastoral. **O Concílio Vaticano II e a Constituição Litúrgica**, por S. Maurílio de Gouveia, Arcebispo fundamentais e propôs linhas de orientação para se prosseguir a reforma na Diocese; **A Igreja, mistério de comunhão e corresponsabilidade**, pelo P. Dr. Mário Tavares de Oliveira, que salientou como a liturgia manifesta e celebra a corresponsabilidade de todos os fiéis; **A Liturgia, actuação do mistério de Cristo**, pelo P. Dr. José Ferreira, que desenvolveu o tema de maneira acessível e profunda; **A reforma litúrgica na Diocese de Évora**, pelos P. Dr. Eduardo Pereira da Silva e Prof. João Carapito, que historiaram o movimento de reforma litúrgica diocesana nestes 25 anos e apontaram o que de bom já se faz, o que de menos bom ainda existe e a meta que a todos é proposta pela Igreja conciliar; **A Eucaristia episcopal e paroquial**, pelo P. Dr. José de Leão Cordeiro, que salientou a reforma da Missa como ponto mais alto dos trabalhos pos-conciliares, onde os fiéis colhem os frutos mais excelentes da sua fé; **A Constituição e a reforma da música litúrgica**, pelo P. Dr. Manuel Maria Madureira da Silva, que focou a importância da música litúrgica na celebração da fé cristã e disse do muito que ainda há a fazer nesse campo na Diocese, sobretudo a nível de formação de animadores do canto.

As celebrações litúrgicas foram sempre preparadas com o tempo de ensaio e constituíram momentos de grande vivência espiritual para todos os participantes.

Em cada um dos dois dias do Encontro houve tempo para diálogo entre os participantes e os oradores.

Ministro Extraordinário da Comunhão

Resposta da Comissão Pontifícia para a Interpretação do Código

Pergunta — O ministro extraordinário da sagrada Comunhão, delegado nos termos dos cânones 910§6 e 230§2, pode exercer a sua função supletiva quando estão presentes na igreja, mesmo se não participam na celebração eucarística, ministros ordinários que não se encontrem de nenhum modo impedidos?

Resposta — Não.

Informado desta decisão, o Papa João II mandou-a publicar no **Osservatore Romano**, onde saiu no dia 20 de Julho de 1988.

Neste mesmo sentido negativo foi dirigida, com a data de 19 de Setembro de 1987, uma carta da Nunciatura Apostólica em França ao Presidente da Conferência Episcopal Francesa.

Tanto a resposta da Comissão Pontifícia como a carta da Nunciatura Apostólica em França supõem a prática indevida de atitudes contrárias ao carácter extraordinário e supletivo das funções concedidas ao ministro extraordinário da Comunhão.